

A ATUAÇÃO DA “CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS” NA INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES DE BELO HORIZONTE (1897 -1930)

Vera Lúcia Nogueira – FCH/FUMEC – FaE/UFMG

Eixo temático: **Políticas educacionais e movimentos sociais**

Este trabalho apresenta um estudo sobre a participação da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais na instrução dos operários que participaram da construção da cidade de Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX. Tem por objetivo analisar a relação entre essa entidade e a criação do primeiro grupo escolar noturno do Estado, sugerido a partir de uma Escola Operária Noturna, mantida pela Confederação.

Trata-se de um estudo que se realiza no encontro entre a história da educação, a história cultural e a história política, e cujo objeto - a escola - será analisado à luz das suas contribuições, seja no uso de seus conceitos ou nas recomendações para o trato das fontes documentais. Os referenciais teórico-metodológicos da história cultural têm possibilitado o estudo e a compreensão de novos - ou a retomada de “velhos” - objetos de investigação na historiografia da educação. Os processos de institucionalização da escola, como objeto de estudo, fazem parte desses novos objetos que configuram o movimento de reorientação da produção historiográfica e, em especial, da produção da História da Educação. (FONSECA & VEIGA, 2003). Inserida nesse movimento de reorientação encontra-se também a História Política, que se vê marcada pela “incorporação de elaborações teóricas e metodológicas das ciências sociais” e traz à cena duas vertentes predominantes: uma que se desenvolve a partir da “renovação dos enfoques sobre objetos tradicionais (...) como organizações estatais, instituições e movimentos políticos (...)” e outra que “baseia-se não apenas na utilização de enfoques novos, mas também na exploração de novos objetos, desconhecidos pelas análises políticas clássicas (...) [que] se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura”. (MOTTA, 1996, p.83-4). Dentre esses novos objetos encontram-se “poderes, saberes enquanto poderes, práticas discursivas, instituições, partidos, eleições, manifestações, opinião pública (...) associações” (VEIGA, 2003, p. 23). Nessa perspectiva, busco apreender no campo político da Capital mineira as tensões, manifestações, as negociações, os programas e projetos voltados para a educação dos operários, colocados em prática pelos diversos atores que dessa prática se ocuparam, no início do século passado.

O levantamento das fontes foi realizado no Arquivo Público Mineiro e na Hemeroteca Pública de Minas Gerais. Dentre os documentos utilizados encontram-se as fontes oficiais, leis e decretos, Anais da Câmara dos Deputados, Atos dos Secretários, relatórios de inspetores da instrução pública e correspondências diversas encaminhadas à Secretaria do Interior: cartas, ofícios, circulares etc. Na imprensa periódica os jornais associativos da época, porta-vozes dos operários, dentre os quais “O operário”, o “Correio Mineiro”, e o jornal oficial do governo, o “Minas Gerais”.

O ensino primário particular

Paralelamente à edificação da Capital mineira, a partir de 1894, e ao processo de industrialização que vinha se desenvolvendo no Estado, os operários que se ocupavam da construção da cidade foram se estruturando e se agrupando em associações que desempenharam um papel significativo no processo de desenvolvimento da Capital. Eram associações assistencialistas que visavam ao mútuo socorro, à instrução, à educação moral e à recreação de seus sócios. A primeira associação foi criada no ano de inauguração da Cidade, em 1897, pelos italianos com o nome de Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, seguida da Liga Operária de Belo Horizonte (1900), da Sociedade Auxiliadora dos Funcionários Públicos (1902) e da Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais (1905). A diversidade de entidades espalhadas pelo Estado foi alvo de preocupações dos trabalhadores durante o I Congresso Operário Mineiro (1907), levando à criação de um órgão aglutinador, denominado “Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais”, e de um porta-voz, o jornal “O Confederal”. No tocante à educação, essa nova entidade, de inspiração socialista, tinha como um de seus princípios a instrução dos trabalhadores e, para isso, propôs a reivindicação, a criação e a inspeção das escolas noturnas fundadas nos centros operários (PASSOS, 1986).

Podemos afirmar que o funcionamento de cadeiras, cursos ou de escolas primárias particulares nas fábricas ou nas sedes dos sindicatos era uma prática bastante comum em Minas. Desde finais do século XIX a legislação¹ já assegurava aos particulares ou às associações a liberdade do ensino primário, cabendo ao Estado a tarefa de fiscalizar o que se relacionasse com a higiene, a moralidade e à estatística. Os inspetores escolares se encarregavam dessa fiscalização onde quer que as escolas funcionassem. A exemplo,

¹ Segundo o Decreto n. 1.348, de 08 de janeiro de 1900, que regulamentou a Lei de n. 281, de 16 de janeiro de 1899.

situada na região mais próxima à Capital, a fábrica de tecidos do Marzagão² teve a conversão de uma cadeira diurna em noturna, no ano de 1896. Nesse mesmo ano, outra fábrica mineira, o do Brumado, no município de Pitangui, teve convertida em noturna a cadeira do sexo masculino³. Em 1915, outra escola, nesse caso uma escola mista, é transferida para a fábrica de tecidos do Cedro, no município de Montes Claros⁴. Em 1920, a transferência é de uma escola masculina, convertida em escola mista, para a fábrica da Pedreira⁵. Quanto à fiscalização, em 1916, o inspetor Antônio Gomes Horta, em relatório enviado à Secretaria do Interior, na Capital, dava ciência de sua visita à escola particular “Noturna Operária” e à escola da “Confederação Operária”.

A instrução dos trabalhadores mineiros era assumida, não apenas pelos donos de fábricas, como também pelas diversas entidades de classe existentes no Estado e na Capital. A preocupação com a educação dos trabalhadores esteve também presente no I Congresso Operário (1907) quando, em meio às reivindicações, foi assim expressa: “quais os meios que se devem lançar mãos para preparar o operariado mineiro, para a luta pacífica pelos seus direitos? Instrução e Educação? Fundação de escolas livres? Frequência obrigatória? Perseguição aos jogos e demais vícios?”. Essa preocupação deu lugar à ação e várias foram as associações e sindicatos que se dedicaram à instrução dos operários da capital. Ao assumir, durante décadas, juntamente com diversos outros sindicatos, essa tarefa, as entidades estavam proporcionando à população trabalhadora um acesso à instrução e, de acordo com os discursos das elites do final do século, o acesso às luzes e à cidadania.

Para a divulgação dos cursos noturnos essas entidades contavam com os seus próprios jornais ou com os jornais independentes. Em 1920, o jornal “O Operário”, anunciava os cursos oferecidos por vários sindicatos: dos Carroceiros; Sindicato dos Marceneiros; de Carpinteiros; de Mecânicos e Eletricistas; dos Empregados em Fábricas de Tecidos, etc. Esses cursos, defendiam os sindicatos, deveriam ser sustentados pelo próprio governo, entretanto, pode-se perceber que os próprios alunos arcavam com os custos por meio do pagamento de mensalidades, conforme anúncio publicado no mesmo jornal. Havia também uma notória preocupação, da escola operária, com o programa que deveria seguir, inclusive destacando o fato de que o programa adotado seria revisto posteriormente, provavelmente com intuito de adequar o ensino às necessidades dos operários. Nesse caso, o programa

² Essa fábrica foi a primeira no âmbito da vida do Cural Del Rei, fundada em 1879, em Marzagão, vizinhança do Arraial. A conversão da cadeira foi estabelecida pela Lei n. 199, de 06 de junho de 1896.

³ Decreto n. 4.315, de 02 de fevereiro de 1915.

⁴ Lei n. 201, de 18 de setembro de 1896.

⁵ Decreto n. 5.287, de 30 de janeiro de 1920.

definido *a priori* poderia ser substituído por um outro *combinado*, conforme anúncio seguinte:

Curso Noturno Operário

A Confederação pretende instalar o Curso Nocturno Operário, no dia 1º de junho próximo. (...) Obedecerá PROVISORIAMENTE ao seguinte programa: português e aritmética, às segundas, quartas, quintas e sábados; geographia e história do Brasil; às terças e sextas-feiras. As outras matérias serão previamente combinadas. As aulas funcionarão nos dias úteis, das 7 às 8 e das 8 às 9 horas da noite. Respeitam-se os domingos, dias santificados e feriados nacionais. (...) A matrícula estará aberta do dia 20 ao dia 30 de junho corrente, das 6 às 7 horas da noite (...) na Confederação Auxiliadora dos Operários (...) e a cargo do secretário da Confederação Catholica do Trabalho (...) podendo os sócios entenderem-se com elle nos dia de reunião dos sindicatos. A mensalidade, para os sócios da Confederação, será de 5\$000, paga adequadamente. (O OPERÁRIO, 1920).

Num período anterior, entretanto, para as escolas subsidiadas pelo governo, a flexibilidade no estabelecimento do programa não era algo permitido e aceito, pois uma das exigências do governo era a do cumprimento do programa oficial e a utilização dos métodos adotados pelo Estado. Em ofício ao inspetor regional, Sr. Francisco Álvares, o Secretário do Interior, Delfim Moreira, condicionou o deferimento de um pedido feito pela diretoria da “União Operária”, da cidade de Curvelo, interior do Estado, ao cumprimento dessa exigência, assim se expressando:

(...) trouxestes ao meu conhecimento o pedido de 25 carteiras escolares (...) afim de mobiliar a sala da escola nocturna mantida por aquella associação.(...). Tenho a declarar-vos que esses móveis poderão ser cedidos (...) pelo preço de custo, mas para tal fim, é mister provar o referido director que em sua escola são professadas as mesmas matérias do curso primário conforme os métodos e programmas officiaes, que me informeis minuciosamente sobre esse ponto. (MINAS GERAIS, 1911).

Várias foram as associações que se dedicaram à instrução dos operários mineiros, dentre elas, a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, cuja atuação merece destaque tendo em vista sua longa existência junto à classe trabalhadora e a sua importância na instrução dos operários da capital.

A Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais

Criada em 1905, a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, se apresentava como um “organismo sem militância político-partidária” cujo propósito era o de “manter um clima de harmonia entre operários, industriais ou chefes”, tendo em vista considerar “a classe trabalhadora incapaz de se constituir como força social” e, assim, ser necessária a tutela do Estado como seu “protetor e defensor”. (PASSOS, 1986, p. 49).

A Confederação, a exemplo de várias outras entidades, também fazia uso dos subsídios do governo para manter suas escolas. Em ofício, datado de 1911, o seu Presidente, Augusto Berardo Nunam, solicitou recursos, na ordem de 100 mil réis mensais, junto à Secretaria do Interior, para “aumentar a sua sede para nela funcionarem as aulas noturnas qual a sociedade mantém”. O Presidente da entidade deixa entender que se tratava da cobrança de um acordo previamente estabelecido, ao dizer que precisariam iniciar as obras “o quanto antes, contando com o auxílio prometido, bem assim o meio de receber a quantia”. No mesmo documento consta uma observação, do funcionário que recebeu o ofício, ressaltando que a Escola já se encontrava em “franco funcionamento”. (MINAS GERAIS, 1912)

O curso mantido pela Escola Noturna da Confederação tinha a duração de quatro anos, conforme programa oficial, com início das aulas em 01 de fevereiro e término em 30 de novembro. O Regimento Interno da Escola (1912) apresentava normas de funcionamento bastante rígidas, organizando o seu ensino dentro dos moldes estabelecidos para as escolas públicas oficiais. Em seu art. 1º definia explicitamente a Escola como um espaço destinado exclusivamente à instrução, proibindo expressamente “aos alunos, toda e qualquer palestra dentro da Escola”. Isso significa que o espaço escolar não assumia a função de espaço de lutas e de reivindicações políticas, o que era realizado, provavelmente, nas assembléias de classe. O Regimento expressava ainda a preocupação com o uso e a preservação do espaço escolar, bem como com os utensílios e objetos, com o asseio pessoal de cada aluno e ainda com as relações estabelecidas entre alunos e professores. Nesse espaço, o professor assumia a figura central de autoridade que detinha não somente os conhecimentos a serem transmitidos, como também o controle dos usos dos espaços e dos corpos. Esse controle era rígido não se permitindo aos alunos “saírem dos seus lugares”, “retirarem-se da aula”, ou ainda, trocar de lugar durante as aulas.

Além da preocupação com a utilização do espaço escolar, o asseio e a higiene, tanto do espaço físico quanto pessoal, também ocupavam lugar de destaque no projeto da Escola Operária. A higiene pessoal era um dever do trabalhador que quisesse freqüentar o curso noturno, tendo para isso que tomar alguns cuidados antes de ir para a Escola. Sobre essa questão o Regimento exigia que eles comparecessem às aulas “vestidos com asseio”. Vale ressaltar que o Regimento apresentava uma lista contendo sete itens aos quais os alunos deveriam respeitar sob a penalidade de serem, inclusive, expulsos do curso. Dentre as diversas obrigações, deveriam “estarem presentes à aula à hora marcada” e “levantarem-se

sempre que o professor entrar na sala, em sinal de respeito”, junto a isso havia também a obrigação de prestarem toda a atenção às explicações do professor.

Quanto à gestão e ao acompanhamento pedagógico do curso, esses eram da competência do Presidente da Confederação, a quem também competia nomear dois membros para compor a banca examinadora e acompanhar a realização de todos os exames. As competências eram assim, explícitas no Art. 4º do Regimento Interno da Escola Operária:

exercer a inspeção geral da Escola; observar e fazer cumprir o presente Regimento; convocar e presidir as sessões do Conselho Deliberativo (...); rubricar todos os livros de escritura da Escola lançando nos mesmos os termos de abertura e encerramento; ordenar as despesas de aquisição de objetos de expediente e artigos escolares; assistir, sempre que julgar conveniente, às lições.

Toda essa experiência da Confederação será utilizada como argumento, pelo seu Presidente, para reivindicar junto ao governo do Estado mineiro a criação do primeiro Grupo Escolar noturno, como extensão da Escola Operária.

De Escola Operária a Grupo Escolar: a aspiração da Confederação

Os Grupos Escolares mineiros foram criados a partir de 1906⁶, para atender ao ensino primário das crianças. Para atendimento ao ensino primário noturno, somente em 1917, será criado o primeiro Grupo Escolar destinado aos operários da Capital. A mobilização em prol da criação de um grupo escolar, para atendimento específico aos trabalhadores, fez parte das reivindicações da Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais. Essa associação articulou um movimento em prol da educação dos operários por meio de uma negociação estabelecida, ao longo do ano de 1912, com o Presidente mineiro, Sr. Bueno de Paiva Brandão e o Secretário do Interior e Justiça, Dr. Delfim Moreira, para a criação do primeiro grupo noturno da Capital. Nessa negociação os trabalhadores foram de fundamental importância, pois constituíram a comissão que procurou o Presidente do Estado para tratar da criação desse grupo noturno. Para o Presidente da Confederação, Augusto Berardo Nunam, era o grupo de “grande necessidade para a classe operária” (MINAS GERAIS, 1912). O resultado dessa negociação foi assim comunicada ao Sr. Secretário do Interior, pela entidade:

Sabemos estar v.ex^a. informado de que uma comissão, obedecendo a um alvitre da Confederação Auxiliadora dos Operários, teve a honra de ser atendida por s. excia. o presidente do estado; a questão objetiva da audiência foi *a criação de um grupo escolar noturno*, destinado ao ensino dos operários. Como era de se esperar, s. excia., *imediatamente, tratou de realizar o melhoramento* que lhe

⁶ Lei n. 439, de 28/09/1906 e Decreto n. 1960, de 16/12/1906.

pediu a comissão, pois a compressão e execução de todos os atos de justiça, tem sido a norma característica de seu governo e seus auxiliares

Ao receber a resposta positiva do Governo, a Confederação se ofereceu não somente para administrar o novo grupo noturno como também sugeriu que o mesmo fosse uma ampliação da escola noturna que funcionava na sede da associação. Assim se dirigiu ao Secretário Delfim Moreira, o Presidente da entidade:

(...) Atendido o nosso pedido pelo sr. presidente do estado, é a v.excia. a quem nos dirigimos agora, *é sabido que funciona em nossa sede uma escola noturna que reais proveitos tem proporcionado a classe; queremos, pois, que o futuro grupo seja uma ampliação da escola já existente* (Minas Gerais, 1912). (grifos nossos)

Fazendo uso da experiência adquirida com a administração da escola noturna da sede, a Confederação sugeriu várias providências, principalmente relacionadas às matrículas, e também reivindicou:

que o estado nos favoreça com uma verba para manutenção de professores e aumento do prédio é só o que pretendemos e tal foi o nosso pedido, de resto tudo faremos sem outra recompensa senão de ver disseminada a instrução entre os membros da classe operária. (Minas Gerais, 1912).

Contrariando a sugestão da Confederação, de que as matrículas fossem feitas no período noturno, na sede da entidade, a Secretaria abriu “matrículas provisórias”, no 2º Grupo Escolar e, como era de se esperar, não obteve sucesso. O inspetor técnico em serviço, Sr. Joaquim José Pedro Lessa, responsável pela tarefa, encaminhou o seu relatório ao inspetor da Capital dando ciência do ocorrido:

O período de adaptação para a experiência da matrícula, de conformidade com o edital expedido foi das 7 às 11 da manhã, verificando-se o fato de não comparecerem alunos senão um, que procurou o domicílio do digno inspetor sr. Gomes Horta que enviou a nota de matrícula a secretária do grupo aludido (Minas Gerais, 1912)

Compreendendo, assim, as sugestões da Confederação, que bem conhecia a vida dos trabalhadores, o inspetor reconheceu:

Entendi, desde logo, que o período determinado para essa estatística era menos conveniente e contrário aos interesses naturais dos alunos em questão *operários, homens do trabalho*, restritos ao horário exigido (muito cedo) pelos centros industriais e de serviço também público, ocorrendo justamente das 6 horas do dia em diante, razão essa como li no jornal oficial em ofício da Confederação dos operários, já fundado nesta capital.

Essa situação foi comunicada ao Secretário do Interior. Entretanto, analisando os documentos, podemos perceber que as justificativas para o comparecimento de *apenas um* interessado foram omitidas no relatório do inspetor da Capital, encarregado de repassar as informações à Secretaria. Segundo ele,

Dando cumprimento as ordens de v. excia. (...) fiz publicar edital no órgão oficial do Estado abrindo a matrícula provisória de alunos a fim de verificar a possibilidade da criação de um grupo escolar para adultos nesta capital. Esgotando o prazo regulamentar só um candidato solicitou a sua inclusão. Nestas condições nenhuma informação mais cabe-me apresentar a v. excia., a quem para o caso, aguardo novas ordens.

A despeito do acordo firmado com o Presidente do Estado, várias opiniões contrárias à criação do grupo escolar noturno se manifestaram em meio às autoridades responsáveis pela educação na Capital. Dentre eles, o responsável pela 6ª seção da Secretaria, Sr. Marinho Carvalhães, também se posicionou contrário não somente à administração da escola pela Confederação, como também à criação de um grupo escolar para operários. Para ele, não era “feliz a idéia de criação de grupo para a ministração do ensino aos operários”. Sua sugestão era a de que “seria melhor a criação de escolas agrupadas” tendo em vista sua preocupação com a instabilidade da matrícula e, mais ainda, da freqüência. Continuando a expressar sua preocupação, e ignorando as sugestões feitas pela Confederação, ele adverte: “Convém agir com segurança”, pois assim, “evitar-se-á, talvez um insucesso”. Entretanto, continua:

no caso de v. ex^a. não estar inclinado a atender a petição da Confederação, em vez de se construir desde logo um prédio alugar-se-á, no ponto mais apropriado da capital, uma casa, onde poderá ter início o funcionamento do grupo ou das escolas agrupadas. O instituto funcionará, em começo a título de experiência, independente do ato de criação, recebendo os professores e empregados os seus vencimentos por meio de requisições especiais, feitas mensalmente. Se surtir efeito será então criado definitivamente de acordo com as necessidades verificadas pela experiência. São estas as providencias que a secção pode sugerir. (Minas Gerais, 1912).

A despeito do empenho da Confederação Auxiliadora, o primeiro grupo escolar noturno da Capital não será criado no ano de 1912, como era do desejo dos operários, mas somente cinco anos depois⁷.

Podemos afirmar, entretanto, que, desde a inauguração da Capital até o final dos anos 30, foram as iniciativas particulares, levadas a efeito pelas fábricas e associações, como a Confederação, que promoveram a maior parte do projeto de educação dos trabalhadores mineiros e, em especial, dos operários da Capital. Por um longo período a relação entre o espaço fabril e o sindical e a manutenção de escolas noturnas será mantida. A exemplo, encontramos a escola noturna da escola da Liga do Trabalho, em Barbacena no ano de 1922; e da Liga Operária em Passos, 1927; da Fábrica de Tecidos Santanense, em Itaúna, em 1923 e 1928; as duas escolas noturna para operários em Diamantina e, em Belo Horizonte, no ano de 1933, uma escola urbana anexa à Liga Operária. (Coleção de Leis e Decretos, 1922 a 1933). Entretanto, a situação dessas escolas era, constantemente, alvo de matérias publicadas pelos jornais locais. A exemplo, o jornal “Correio Mineiro”, em matéria intitulada “A Instrução do Proletário”, denunciava a precária situação na qual

⁷ Trata-se do Grupo Escolar “Assis das Chagas”, criado em 1917.

funcionavam as escolas operárias da Capital, bem como a displicência do governo no tocante à questão, reivindicando (ainda) a criação de grupos escolares noturnos:

É preciso salientar, ainda, a displicência com que os poderes públicos têm tratado da instrução primária das classes trabalhistas. A criação de escolas operárias e fundação de grupos noturnos, que venham ministrar os princípios rudimentares da educação são necessidades imediatas que do Governo Federal exigem uma satisfação rápida. A situação precária em que se encontram quer em Minas, quer em outros estados, os estabelecimentos de ensino deste gênero; é um atestado da incúria (CASASANTA, 1933.).

Considerações finais

Reconhecemos que muito ainda há que se investigar sobre o ensino noturno mineiro, sobre a instrução dos operários e as iniciativas particulares que a sustentava. Ao estudar os discursos e ações de institucionalização da escola noturna em Belo Horizonte, seja a oficial ou a de iniciativa particular, temos em mãos a possibilidade de compreender, de forma privilegiada, o papel exercido por um dos canais de “socialização política tradicional”, vetor responsável pela integração das culturas políticas, que é a escola (BERSTEIN, 1998, p. 356). Obviamente, a escola não está sendo pensada como um espaço apenas de reprodução, mas sim como um espaço de disputas políticas, ideológicas, construído na dinâmica de imposição de modelos normativos e regulamentos, e a apropriação por parte dos sujeitos que participam ativamente dessa construção seja de forma tática ou por meio de burlas. Conjugado a essa consideração do espaço como educativo, podemos compreender os usos dos espaços como locus privilegiado para a difusão dos elementos típicos de uma dada cultura política ou para o encontro de variadas culturas que podem se colocar numa posição de embate, de divergência ou de convergências. Assim, poderíamos supor que a escola operária que funcionava na sede de uma associação estaria submetida à mesma cultura escolar produzida e concretizada na figura dos grupos escolares como forma de fazer ver os valores republicanos e o ideal de modernidade, como propagado pela elite mineira?

O que se pode perceber é que o país protagonizou durante a Primeira República, um amplo e fértil cenário de disputas entre as mais variadas culturas políticas. Um dos alvos dessa disputa, sem dúvida, foi o campo educacional e, em especial, a educação popular, tomada como alvo de disputas que mobilizaram os mais variados setores da sociedade.

Buscar entender o lugar destinado à educação popular, seus objetivos, suas formas de concretização no interior de famílias políticas distintas - republicana, socialista, liberal, operária, libertária - ou outras que se encontram num processo de disputa ou de conciliação

no cenário político mineiro, no início do século passado, poderá apontar importantes elementos da gênese de constituição das políticas para esse campo educacional. Seja por meio do levantamento daqueles elementos que perpassaram e se mantêm na história da educação dos adultos ou daqueles que foram se modificando ao longo dessa história por força do contexto social ou político. A configuração dessas políticas, no entrelaçamento das iniciativas e experiências das culturas políticas presentes nas diversas tendências ou correntes do movimento operário, na cultura política republicana, inerente ao poder público e da cultura política católica, permitirá uma compreensão mais ampla da gênese da dinâmica de negociação empreendida pelos diversos grupos políticos e sociais envolvidos na produção de um modelo educacional para a população adulta. Para isso, torna-se indispensável considerar o contexto mineiro e, em especial, o de Belo Horizonte, na virada do século XIX e início do XX, como parte de uma realidade envolvida numa simbologia de transformação social mais ampla, de consolidação de uma nova ordem social, na qual os trabalhadores se constituem agentes indispensáveis da promoção das mudanças e se encontram articulando uma vida associativa, via organizações de classes, criação da imprensa operária e reivindicação de seus direitos.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI (Org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 349-363.
- CASASANTA, Guerino. A Instrução do Proletário. *Correio Mineiro*, Belo Horizonte, n.159, 1933.
- COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1896 a 1933.
- CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS. Curso Noturno Operário. *O Operário*, Belo Horizonte, n.1., 19 jun. 1920.
- CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DE MINAS GERAIS. *Regimento Interno*, Belo Horizonte, 05 ago.1912.
- FONSECA, Thais N. L. E. (Org.); VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Papéis findos de agosto a dezembro de 1912. Arquivo Público Mineiro 1907; 1920. HEMEROTECA PÚBLICA DE MINAS GERAIS.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios da Inspeção de Ensino de 1911, 1912, 1916. Arquivo Público Mineiro.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*. Mariana, 1996, p. 83-91.
- PASSOS, Mauro. *A presença e o discurso da Igreja na formação das classes trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)*. 1986. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.